



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 8-A, DE 2003

(Da Sra. Iara Bernardi)

Acrescenta parágrafo ao art. 462 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para proibir descontos salariais pelo fornecimento de uniformes e equipamentos pela empresa; tendo parecer da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, pela rejeição (relator: DEP. JOVAIR ARANTES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54)

APRECIÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - ART. 24, II

S U M Á R I O

I – Projeto inicial

II – Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público:

- parecer vencedor
- parecer da Comissão
- voto em separado

O Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º. art. 462 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 462 ...

§ 5º. É vedado à empresa efetuar descontos a qualquer título, pelo fornecimento de uniformes e equipamentos aos seus empregados”.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, em seu art. 462, determinada a proibição de que seja efetuado qualquer desconto nos salários do empregado, “salvo quando este resultar de adiantamento de dispositivos de lei ou de contrato coletivo”.

Sabe-se que, embora o dispositivo legal seja por demais claro, muitas empresas ainda insistem em efetuar descontos salariais pelo fornecimento de uniformes de trabalho, equipamentos de segurança ou outros equipamentos utilizados na execução do trabalho pelo empregado.

O fornecimento de uniforme de trabalho é uma exigência da empresa, para melhor controlar e fiscalizar o trânsito de pessoas em suas dependências. Não representa nenhum benefício extra ao trabalhador. Muito pelo contrário, em certos casos, o trabalhador se sente até um pouco constrangido com essa imposição patronal.

Do mesmo modo, o fornecimento de equipamentos de segurança e trabalho é algo em benefício próprio de único interesse da empresa. Portanto cabe a ela arcar com seus custos, não o transferindo para os já parcos salários de seus trabalhadores.

Por estas razões, espero contar com o apoio dos/as nobres parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala da sessões, em 18 de fevereiro de 2003.

Deputada IARA BERNARDI
PT-SP

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

APROVA A CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO
TRABALHO.

.....

TÍTULO IV
DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO

.....

CAPÍTULO II
DA REMUNERAÇÃO

.....

Art. 462. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo.

§ 1º Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado.

** O Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967, transformou o antigo parágrafo único do art. 462 em § 1º.*

§ 2º É vedado à empresa que mantiver armazém para venda de mercadorias aos empregados ou serviços destinados a proporcionar lhes prestações in natura exercer qualquer coação ou induzimento no sentido de que os empregados se utilizem do armazém ou dos serviços.

** O Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967, acrescentou o parágrafo 2º ao art. 462.*

§ 3º Sempre que não for possível o acesso dos empregados a armazéns ou serviços não mantidos pela empresa, é lícito à autoridade competente determinar a adoção de medidas adequadas, visando a que as mercadorias sejam vendidas e os serviços prestados a preços razoáveis, sem intuito de lucro e sempre em benefício dos empregados.

** O Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967, acrescentou o parágrafo 3º ao art. 462.*

§ 4º observado o disposto neste Capítulo, é vedado às empresas limitar, por qualquer forma, a liberdade dos empregados de dispor do seu salário.

** O Decreto-lei nº 229, de 28/02/1967, acrescentou o parágrafo 4º ao art. 462.*

Art. 463. A prestação, em espécie, do salário será paga em moeda corrente do País.

Parágrafo único. O pagamento do salário realizado com inobservância deste artigo considera-se como não feito.

.....

.....

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PARECER VENCEDOR

I – RELATÓRIO

A proposição acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, a fim de explicitar a proibição de o empregador efetuar desconto salarial em virtude do fornecimento de uniforme e equipamentos aos seus empregados.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório

II - VOTO DO RELATOR

Em que pese a boa intenção do autor, ao buscar formas de ampliar a proteção conferida pela lei ao salário do empregado, o projeto não inova juridicamente. A vedação buscada pelo autor já esta prevista no caput do art. 462:

"Art. 462 - Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando este resultar de adiantamentos, de dispositivos de lei ou de contrato coletivo."

A própria ementa do Projeto atesta seu objetivo, qual seja, explicitar o que já está dito. Ocorre que tal explicitação só faria sentido se houvesse dúvida na interpretação do dispositivo, mas nem a doutrina, nem a jurisprudência trabalhista divergem sobre a impossibilidade de o empregador fazer descontos em razão do fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e demais utilidades fornecidas para a realização do trabalho.

Se ainda há empregadores que contra a lei fazem tais descontos, não há que convencê-los repetindo o que já diz a lei e que eles ignoram solenemente. Para condutas ilegais, existe o recurso à fiscalização do Ministério do Trabalho, às ações do Ministério Público do Trabalho e às decisões da Justiça do Trabalho.

Em razão do exposto somos pela rejeição do Projeto.

Sala da Comissão, em 1º de dezembro de 2004.

Deputado Jovair Arantes
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em reunião ordinária realizada hoje, rejeitou unanimemente o Projeto de Lei nº 8/2003, nos termos do Parecer Vencedor do Relator, Deputado Jovair Arantes.

O parecer do Deputado Carlos Alberto Leréia passou a constituir voto em separado.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Tarcisio Zimmermann - Presidente, Dra. Clair, Isaías Silvestre e Luciano Castro - Vice-Presidentes, Cláudio Magrão, Érico Ribeiro, Jovair Arantes, Leonardo Picciani, Luiz Antonio Fleury, Milton Cardias, Paulo Rocha, Vanessa Grazziotin, Vicentinho, Ann Pontes, Ariosto Holanda e Medeiros.

Sala da Comissão, em 1º de dezembro de 2004.

Deputado TARCISIO ZIMMERMANN
Presidente

VOTO EM SEPARADO

I – RELATÓRIO

A proposição acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de explicitar a proibição de o empregador efetuar desconto salarial em virtude do fornecimento de uniforme e equipamentos aos seus empregados.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO

O projeto tem o escopo de explicitar a vedação de ser efetuado qualquer desconto salarial não autorizado legalmente.

As normas trabalhistas proíbem que seja efetuado qualquer desconto salarial que não configure adiantamento de salário ou que não seja expressamente autorizado em lei, como o desconto previdenciário.

Ainda assim, vários empregadores insistem em descontar ou “cobrar” de seus empregados os uniformes e os equipamentos de trabalho ou de segurança que a empresa fornece.

Ora, é obrigação da empresa fornecer os equipamentos de segurança, zelando pela salubridade do ambiente de trabalho. Deve ser lembrado que a responsabilidade por acidente do trabalho é objetiva e cabe à empresa evitar que acidentes ocorram.

Os equipamentos de trabalho são fornecidos para o desempenho da função e para a boa prestação do serviço. Não possui qualquer lógica o empregado ter que arcar com as despesas relacionadas ao seu instrumento de trabalho.

Além disso, as empresas adotam uniforme, muitas vezes, por questões de segurança, para que o empregado esteja protegido contra acidentes do trabalho. O uniforme é de uso compulsório, não podendo o trabalhador escolher entre usar ou não.

É lógico que a empresa não pode efetuar o desconto de tais parcelas, não previstas em lei. No entanto, o desconto indevido é efetuado por empregadores inescrupulosos.

Entendemos que a proposição tem o objetivo educacional, uma vez que reforça o entendimento já adotado pela doutrina e jurisprudência.

Diante do exposto, somos pela aprovação do PL nº 8, de 2003.

Sala da Comissão, em 16 de junho de 2004.

Deputado CARLOS ALBERTO LERÉIA

FIM DO DOCUMENTO